

Dos *Campos* aos *Domínios* das “Elites” no Brasil

Igor Gastal Grill*

Eliana Tavares dos Reis**

Resumo

A reflexividade sobre o uso de esquemas analíticos é prática indispensável aos cientistas sociais que visam afinar os instrumentos conceituais mobilizados e fazer avançar a tarefa de apreensão dos fenômenos sociais. Neste artigo propomos discutir potencialidades e limites do uso de certos modelos e conceitos ao estudo de segmentos de elites no Brasil. Como eixo central, problematizamos a noção bourdieusiana de campo para pensar em dimensões de investigação que podem ser contempladas, adaptações e flexibilizações possíveis, tendo em vista contextos e universos empíricos discrepantes. A partir disso, e com base em pesquisas e reflexões acumuladas, reunimos algumas diretrizes e noções, como as de domínios e de multinotabilidades, que nos parecem pertinentes à análise de configurações marcadas pela plasticidade e indiferenciação de lógicas, princípios e papéis.

Palavras-Chave: Elites, Campos, Domínios, Multinotabilidades.

* Docente e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA). Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). e-mail: igorgrill@hotmail.com

** Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA). Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC).

From Fields to Domains of “Elites” in Brazil

Abstract

The reflexivity about the use of analytical schemes is an indispensable practice for social scientists who intend to refine the conceptual tools mobilized and advance the task of apprehending social phenomena. In this paper we propose to discuss potentialities and limits of the use of certain models and concepts to the study of elite segments in Brazil. As a central axis, we discuss the Bourdieuan notion of field to think about research dimensions that can be covered, possible adaptations and flexibilities, considering distinct empirical contexts and universes. From this and based on accumulated researches and reflections, we have gathered some guidelines and notions, such as those of domains and multi-notabilities, which seem pertinent to the analysis of configurations marked by plasticity and indifferen-tiation of logics, principles and roles.

Keywords: Elites, Fields, Domains, multi-notabilities.

De los Campos a los Dominios de las “Elites” en Brasil

Resumen

La reflexividad sobre el uso de esquemas analíticos es práctica indispensable para los científicos sociales que tienden afinar los instrumentos conceptuales movilizados y hacer avanzar la tarea de aprehensión de los fenómenos sociales. En este artículo proponemos discutir potencialidades y límites del uso de ciertos modelos y conceptos al estudio de segmentos de élites en Brasil. Como eje central, problematizamos la noción bourdieusiana de campo para pensar en dimensiones de investigación que pueden

ser contempladas, adaptações e flexibilizações possíveis, tendo em conta contextos e universos empíricos discrepantes. A partir de eso, e com base em investigações e reflexões acumuladas, reunimos algumas directrices e noções, como as de domínios e de multinotabilidades, que nos parecem pertinentes al análisis de configurações marcadas por a plasticidade e indiferenciação de lógicas, princípios e papéis.

Palabras clave: Elites, Campos, Domínios, Multinotabilidades

As ciências sociais brasileiras (com todas as suas nuances) ainda têm algum caminho a trilhar no sentido de consolidar a autonomia e o reconhecimento já gozados, por exemplo, por suas homólogas francesas e norte-americanas. Justamente por isso, certas formulações, notadamente em situações de crise política, parecem perder seu valor quando não se apresentam diretamente como vetores às intervenções na “realidade”, isto é, não respondem aos chamados à ordem e não correspondem às expectativas de oferecer tomadas de posição “ilustradas”. Entretanto, acreditamos que a reflexão sociológica que procura controlar o peso de certas injunções sobre a sua produção (mesmo correndo o risco de esvaziar sua audiência) e se empenha em fazer afinar seus instrumentos de trabalho – torná-los mais eficazes à apreensão dos universos aos quais se dedica, inclusive o seu próprio – disponibiliza resultados mais “congruentes com a realidade” (expressão e pretensão eliasiana) do que aqueles inspirados na participação apaixonada nas lutas políticas. Não parece pouco o alcance transformador (e aqui é claro o impulso bourdieusiano) de tentar descortinar mecanismos e condicionantes que presidem a ocupação de posições mais ou menos dominantes ou o poder de interpeção discursiva de determinados agentes localizados nos mais variados domínios sociais, das práticas ativas e das lógicas subjacentes às clivagens políticas, sociais e culturais – que são a tradução e se traduzem em critérios de hierarquização social mais ampla e nos domínios específicos.

Dessa forma, um primeiro esclarecimento é que a discussão que propomos neste artigo sobre os *domínios de atuação das elites* está ligada à adesão a uma concepção de ciências sociais que considera imprescindível a reflexão acerca de conceitos e esquemas analíticos, bem como suas implicações em termos de escalas, dimensões e formas de circunscrever objetos de estudo. Conjugamos a isso que, para tanto, tomamos como eixo de problematização o referencial analítico de Pierre Bourdieu, por ser esta a inscrição primordial no âmbito das ciências sociais que praticamos, e também devido ao crescimento exponencial do uso do seu arsenal conceitual, especialmente nos estudos sobre “elites”. De tal modo que as referências ao autor (como forma de certificação ou visando sua contestação) muitas vezes são meramente alusivas, acompanhadas de citações rotinizadas e com fins de exibição erudita; ou mesmo trazem à tona disputas em torno da “melhor aplicação”, os recortes e técnicas que devem ser dominados e ostentados. De qualquer maneira, nem sempre são retomados, com o devido cuidado, os fundamentos de um modelo construído em processos históricos específicos, que alimentaram a formulação do quadro analítico e das bases epistemológicas exigentes para a sua operacionalização¹.

Mas independentemente das superficialidades ou querelas com motivações variadas, um segundo esclarecimento é que partimos da verificação de um relativo consenso nas ciências sociais sobre as suas atribuições no que tange à explicação ou à compreensão dos fenômenos sociais. Cada vez mais as discussões nessa grande área de conhecimento (com suas tantas ênfases disciplinares) se afastaram das falsas imagens ligadas a uma ciência que seria capaz de “desvelar” ou “fotografar” a “realidade”, com pretensões de dar explicações exaustivas, globais ou definitivas. Ao passo que cresceu a atenção aos efeitos que a escolha dos instrumentos conceituais e metodológicos empregados pe-

1 Para uma reflexão especificamente direcionada às relações entre as ciências sociais e a política, ver Reis (2013).

los pesquisadores exercem no trabalho parcial de objetivação, efetuado para a apreensão de processos históricos e sociais, que configuram: 1) contextos de atuação mais diferenciados (regidos por regras, meios de ação e objetos de disputas); 2) distintas modalidades de relações (interações, simétricas ou assimétricas, mais ou menos diretas ou mediatizadas); 3) e múltiplas práticas (individuais ou coletivas) desencadeadas a partir de cenários relativamente ordenados.

Sob a heterogeneidade de pontos de vista acerca das escalas de observação (macro ou micro) e sequências temporais (diacronia ou sincronia), uma preocupação comum se estabeleceu: como designar conceitualmente os contextos de atuação que sejam pertinentes com a diferenciação funcional (objetiva) existente em dada sociedade e com os quadros de análise (seletivos em termos de matrizes de interpretação) privilegiados por cada analista? Pensamos sobre esta interrogação, que segue ponderações lançadas por Bernard Lahire (2013) no mesmo sentido, para iniciar a discussão que propomos.

Declaradamente preocupados com as potencialidades do modelo de Bourdieu e seus limites às investigações debruçadas sobre universos empíricos localizados no Brasil (e válidos para outras configurações análogas), de forma bastante sumária e até escolar, retomamos aspectos requeridos ao balizamento analítico dos *campos*, seguindo as diretrizes do autor. Em seguida, apresentamos algumas alternativas conceituais a essa noção, não necessariamente excludentes. Com efeito, o balanço reflexivo sobre essas possibilidades de delimitação, particularmente aquelas utilizadas para o exame de universos de atuação especializados, levaram-nos a propor algumas flexibilizações do esquema analítico bourdieusiano para o estudo de “elites” políticas e culturais no Brasil. Examinando dimensões de análise que compõem o protocolo de pesquisa que não são contempladas em esquemas concorrentes, associadas às particularidades do contexto brasileiro, sugerimos procedimentos analíticos que te-

mos mobilizado em nossos trabalhos. Acreditamos que eles podem ser compatíveis com os esforços em perceber, em situações próprias às dinâmicas, a hierarquização de espaços de poder; as relações de dominação, cumplicidade, alianças e rivalidades em domínios monopolizados por determinados agentes; assim como as exigências de especialização e de inculcação de competências, adesões e crenças.

O *campo* entre outras delimitações possíveis dos universos sociais

Se em comum a sociologia de autores contemporâneos tem a influência dos chamados “clássicos”, sobretudo Weber e Durkheim, as ênfases das perspectivas de investigação podem ser bastante discrepantes e se revezar como dominantes em determinados períodos (a partir de debates, disputas e apropriações). A proposta de análise de longo prazo, processual, relacional e concorrencial de Norbert Elias e a abordagem situacional ou contextual, interacionista, dos elementos (subjettivos ou institucionais) de construção da ação coletiva de Howard Becker e Erving Goffman, confluem (vale lembrar também a influência original de Simmel e Schütz) na oposição declarada a teorias do tipo parsoniana, que apresentam modelos estáticos, centrados em estruturas reificadas, em detrimento das ações, intervenções e até emoções dos indivíduos. A questão é que “a teorização no campo da sociologia é mais complicada, do que simplificada, por uma sistemática redução dos processos sociais a estados sociais, e de fenômenos complexos, heterogêneos, a componentes mais simples e só aparentemente homogêneos” (Elias, 1993a, p. 220). Portanto, a arbitrariedade de sínteses teóricas como as de Talcott Parsons e Robert Merton – armadilha que muitas pesquisas bem intencionadas podem incorrer quando apostam fundamentalmente nos empreendimentos objetivistas – residiria, entre tantos aspectos, na redução do mundo social a categorias básicas, que trazem subjacentes a “noção tácita, não comprova-

da e supostamente axiomática” de que o trabalho sociológico, efetivamente “científico”, consegue “reduzir tudo o que é variável a algo invariável” (Elias, 1993a, p. 220) ou tantas variações a algumas variáveis. Elias (1999; 1994; 1993a; entre outros) localizou no extremo oposto o tratamento do *homo clausus*, no qual o indivíduo é considerado como algo fechado em si mesmo e que, em suas diferentes versões – da parábola das “estátuas pensantes” ou da *res cogitans* de Descarte; do “eu” ou “ego” freudiano; da formulação de um “indivíduo” que afronta os mandos da “sociedade”, de Flaubert; das “mônadas sem janelas”, problematizada por Leibniz, e assim por diante –, se constitui, percebe, age e pode “ser” relativamente autônomo do exterior (coercitivo), representado pela “sociedade”.

A “descoberta” de um “eu interior”, essencialmente enclausurado, e o mundo extrínseco, extra-humano, dos “objetos” que o pressionam como um fardo, exigente, limitador, expropriador, contribuiu para a representação (resultante do próprio processo de civilização, no sentido eliasiano) do “indivíduo” e da “sociedade” como entidades de naturezas diferentes, independentes entre si, com seus respectivos estatutos de realidade ou de abstração. Assim, noções como as de *configuração*, *mundo*, *campo*, entre outras, foram concebidas para abranger as dimensões individuais e coletivas, psicológicas e sociais, rompendo com a forma dual, substancializada e reificante de falar, pensar e investigar (o que exige distanciamento, reflexividade e integração disciplinar). Isso sem negligenciar que esses descolamentos, individualizações, substancializações, coisificações, etc. efetivamente ocorrem.

A elasticidade da noção de *configuração*, cunhada por Norbert Elias (1999; 2006), nos convida a indagar se outras definições (*campo*, *mundo*, *setor*, *redes*, *instituições*, etc.) não podem ser entendidas como especificações desse constructo mais geral (mantendo o caráter processual e relacional alcançado pelo autor) e nos faz pensar sobre quais delas seriam mais pertinentes para

apreender lógicas de funcionamento e seleção dos contextos de atuação das elites?

As formulações e pesquisas de Elias trazem a possibilidade de explorar diferentes escalas (do micro ou macro)² e graus de objetivação (níveis baixos ou altos de opacidade e impessoalidade), possibilitando apreender processos complexos de integração das dimensões física, biológica, psicológica, social e simbólica, que delineiam as formações que reúnem indivíduos. A articulação entre os níveis *sociogenético* e *psicogenético* pode ser feita com diferentes entradas e realces: desde a reconstituição de transformações históricas e sociais mais amplas, de longo prazo, com sucessivas reconfigurações tanto das estruturas sociais como das estruturas das personalidades (Elias, 1997; 1993a; 1993b; 2001); até a recomposição das feições mais específicas de um indivíduo, dos seus desejos, pulsões, potencialidades, expectativas, dilemas e comportamentos, que somente podem ser desvelados situando-o no seu “tempo”, na teia de interdependências ao qual ele está preso e que o define, ao definir o tracejado possível na sua experiência social (Elias, 1995); passando pela análise das lutas de afirmação, desqualificação e manutenção de honras ou identidades, cujos envolvidos, de status distintos, detentores de certas características dominantes ou dominadas, enredam-se num tecido de imbricações e conflitos, que geram estruturas configuracionais e imagens sociais mais ou menos originais, de qualquer modo inesperadas (Elias; Scotson, 2000; Elias, 2006).

Claramente, Elias prioriza o estudo das “elites”, procurando observar (mediante análise histórica, documental, etnográfica, biográfica, entre outras) as interdependências dos grupos posicionados e (auto) referenciados como proeminentes em relação àqueles considerados como “inferiores”. O que pode se manifes-

2 Elias exemplifica as seguintes configurações: “professores e alunos em uma sala de aula, médicos e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais num bar, crianças num infan-tário [...], habitantes de uma aldeia, da cidade ou da nação” (Elias, 1999, p. 143).

tar: na capacidade (inclusive de nações) de exercer uma forma de controle crescente sobre suas pulsões, “exageros”, “intempetividades”, uso da violência, que poderiam causar desconforto, retaliações, inadequação, etc. (Elias, 2001; 1997; 1993b; Elias; Dunning, 1995; entre outros); no fomento de uma alta autoestima grupal (própria das elites), *carisma grupal*, que se encontra na base do trabalho de vinculação/distinção/exclusão de uns e estigmatização de outros, os “de fora”, dignos de *desonra grupal* (Elias, 2001; 1997, Elias; Scotson, 2000; entre outros); na posse de características sociais e habilidades ou competências ao exercício de certas atividades especializadas (Elias, 2006; Elias; Dunning, 1995; entre outros).

A noção de *mundo* desenvolvida por Howard Becker, apesar de igualmente maleável, parece ter aplicabilidade mais circunscrita. Na gênese dessa formulação estaria a frase repetida por William I. Thomas: “se um homem define uma situação como real, ela se torna real em suas consequências”, considerada por Becker (1996, p. 179) uma “primeira elaboração do conceito de ‘definição de situação’ como elemento crucial para a compreensão da sociedade e da ação social”. Há uma genealogia consagrada da Escola de Chicago que não cabe retrair aqui. De qualquer modo, vale o esclarecimento da centralidade da noção de *interação simbólica*, que, no que pese a gama de sentidos passíveis de ser a ela atribuídos, segundo o autor, pode ser entendida como a defesa de um direcionamento do olhar aos modos sucessivos e repetitivos de interação entre pessoas, localizadas em dado *sistema de interações*, e que pode se modificar paulatina ou repentinamente ao longo do tempo. E para detectar esses elementos, não há restrição à diversidade de fontes e métodos de análise passíveis de ser mobilizados, porém a importância da pesquisa de campo, entrevistas e observações é inegável (um alto nível de “empirismo” contra as “grandes teorias”).

Becker (1977), na esteira das formulações de Everett Hughes (1937), propôs, mais precisamente, a ideia de que alguns *mun-*

dos podem ser observados privilegiando aspectos que interagem para a produção coletiva de determinados bens (obras de arte, músicas, shows, etc.), como redes/elos de cooperação, divisão de papéis e convenções estabelecidas e aprendidas a partir dos desdobramentos de *carreiras* relativamente bem-sucedidas. Estas últimas significando uma série de status e funções, que correspondem a sequências típicas de posições, realizações e responsabilidades, mediante as quais se processa o ajustamento mútuo entre expectativas subjetivas e exigências formais e informais de instituições ou organizações (Becker, 2008).

Dois apontamentos podem ser feitos no que diz respeito aos limites desse tipo de análise, em especial aos estudos de “elites” nos moldes de uma sociologia da estruturação do poder. Em primeiro lugar, a exaltação das descrições reforça o *ethos* dos perententes, a raridade dos seus bens, sem situá-los em um jogo mais amplo de condicionantes, disposições, distinções, hierarquizações, classificações e percepções, que pesam sobre suas autorrepresentações, empenhos e créditos, não raro naturalizados como “dom”, “vocação”, “predestinação”, etc. Em vista disso, em segundo lugar, a pouca atenção dispensada às relações de dominação, às seleções sociais ou mecanismos de recrutamento, o lugar marginal dado à concorrência e o excessivo enfoque na dinâmica interna “dos mundos” e aos recursos neles conquistados (como fica patente na centralidade assumida pela noção de *carreira*) constituem, a nosso ver, lacunas do esquema analítico proposto pelo cientista social americano, notadamente à sociologia das elites.

Um dos fatores que parecem fundantes em um programa de pesquisa sobre os grupos dominantes é levar em conta a existência de dimensões especializadas da vida social, mesmo que fracamente diferenciadas, objetivadas e burocratizadas (Lagroye, 1997). Variados veios de análise nesse sentido já foram sugeridos.

Pierre Bourdieu pode ser localizado na cadeia de pesquisadores dedicados a compreender o processo de diferenciação social, de especialização das atividades e funções, bem como suas consequências sobre estruturas psíquicas, personalidades, comportamentos, etc.³ Não parece aleatório que o autor tenha orientado que um *campo* deva ser tratado como “uma *configuração* entre outras de uma *estrutura de relações*” (Bourdieu, 1988, pp. 42-43, grifos nossos). Por um lado, com essa sentença ele parece dar continuidade aos esforços empregados por Elias (1999) no sentido de romper com os modelos reificantes em prol de uma perspectiva de *processos*, do tratamento de *relações* em detrimento de “coisas”. Ambos os autores atentam às influências recíprocas de constituição dos casos particulares e dos agrupamentos sociais, por meio da reconstituição dos fluxos de movimentos (oposições e rivalidades, alianças e aproximações), das flutuações nas relações de poder (hierarquização segundo forças e lutas), enfim, das cadeias e elos de interdependências. Neste sentido, Bourdieu indica a exigência de uma tripla conversão do olhar: dos “indivíduos” (como realidades substancializadas) para *agentes* dotados de propriedades sociais (volume e estrutura de *capitais*); dos “grupos” (como entidades reificadas e essencializadas) para seus processos de constituição (porta-vozes, organizações, meios, categorizações, instrumentos de legitimação, etc.); e das interações visíveis para sistemas estruturados em *posições* e em *tomadas de posição*.

Por outro lado, esse mesmo autor enfatiza que o *campo* (como uma forma de *configuração*) é determinado por dinâmica e propriedades que o singularizam (objetos de disputa, especialização de atividades, *habitus*, *capitais*, *doxa*, *illusio* próprios, etc.)⁴, que denotam a sua estrutura de relações. Ou seja, que especi-

3 Para um apanhado das formas que a pluralidade e heterogeneidade das esferas de atividades foram tratadas nas teorias sociológicas, ver Lahire (2013), particularmente o capítulo 2.

4 Ver Bourdieu (1996a).

ficam as lógicas e traços constitutivos do seu *nomos* e funcionam como barreira de proteção (portanto de não submissão) em relação ao “mundo exterior”. Ocorre que os atributos (as especificidades aliadas às exigências de especialização e independência), que atestam o princípio da *autonomia relativa*, nem sempre são convergentes. Tampouco suas consequências. O que podemos perceber, por exemplo, quando buscamos maior precisão no intuito de enfocar processos de *profissionalização* e de *institucionalização*.

Podemos constatar que a profissionalização em certas atividades, além da alta especialização, conta com independência em relação a interferências exógenas (como ocorre, em algumas configurações nacionais, no polo dominante do *campo científico*). Neste caso, as profissões marcadas por esses processos podem ser associadas ou apreendidas como *campos* específicos, pois contam consistentemente com todos ou com a maioria dos aspectos mencionados. Contudo, há outras em que, no que pese serem significativamente especializadas, exigindo habilidades e consensos sobre seus códigos de realização, não podem prescindir da interferência externa (como ocorre no *campo* político e religioso, principalmente da adesão dos “profanos”). Sem deixar de mencionar que é possível notar a elevada exigência de especialização de algumas atividades que não necessariamente comportam as condições vinculadas a carreiras profissionalizadas, como uma remuneração ou meios estáveis de subsistência permitindo não só “viver para” como “viver dela” (como se observa para a imensa maioria dos “escritores”)⁵.

No que diz respeito às matrizes de institucionalização que agem sobre os *campos*, é necessário considerar, no mínimo,

5 A tensão entre os dois sentidos que Bourdieu dá à autonomia dos campos (autonomia-especificidade e autonomia-independência) é exemplarmente retomada de forma crítica por Lahire (2013).

quatro parâmetros, que não são necessariamente elementos presentes nos mesmos processos históricos. Em primeiro lugar, a afirmação de princípios impessoais que regem laços de cooperação (simétricos ou assimétricos) e formas de concorrência/seleção, substituindo interações diretas e pessoais/pessoalizadas. Em segundo lugar, a formalização das exigências que pautam as condições de acesso a postos e desenvolvimento de carreiras (exigência de títulos, sufrágios, concursos, indicadores de desempenhos, etc.). Em terceiro lugar, a concentração de meios em determinadas instituições (estados, organizações, universidades, empresas, movimentos, grupos de interesse, etc.), que permitam que os agentes retirem destes empreendimentos suas condições de realização (desonerando, em boa medida, da necessidade de dispêndio de recursos pessoais). Por fim, conforme o sentido originalmente dado na sociologia francesa ao conceito de *instituição*, a estabilização, ao longo do tempo, de um conjunto de práticas e crenças relativo a esses universos, que se impõem aos agentes e que estabelecem as diretrizes das suas disputas.

Por conseguinte, a identificação daquelas propriedades específicas, que conferem *autonomia relativa* aos *campos*, exige ao pesquisador a realização de quatro operações de apreensão da “realidade”: 1) a reconstituição do processo de objetivação histórica dos mecanismos (estado, mercado, sistema escolar, etc.) e matrizes (instâncias, regras e categorias) de institucionalização da vida social; 2) a ativação do esquema analítico bourdieusiano para dar conta das propriedades do *campo* investigado, por meio do conjunto de noções que formam um sistema conceitual (já arroladas); 3) a utilização de procedimentos metodológicos para caracterização (objetivação) de cada universo de atuação (sua gênese e estruturação interna) e sua posição no *campo do poder* mais amplo, dos agentes, seus recursos herdados (decorrentes de estratégias familiares de reprodução) e adquiridos nos âmbitos das disputas internas ao *campo*, das *disposições*, *posições* e *tomadas de posição* exigidas nas lutas específicas, e as-

sim por diante⁶; 4) a caracterização das batalhas travadas pelos agentes do *campo* em questão pela definição dos seus limites e dos “direitos de entrada”, conseqüentemente das definições dos objetos de disputa próprios deste microcosmo (o que é “política”, “literatura”, “arte”, “religião”, “direito”...).

Entre sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e historiadores voltados ao estudo das formas de seleção, reprodução e reconversão de “elites”, o esquema analítico proposto por Pierre Bourdieu contribuiu decisivamente para que uma série de obstáculos epistemológicos fosse transposta. No plano mais geral, aqueles alimentados por falsas oposições (objetivismo *versus* perspectivismo; abordagens quantitativistas *versus* qualitativistas, ênfases internalistas – organizacionais ou institucionais – *versus* externalistas – centradas nas propriedades sociais; e assim por diante), comuns a outras áreas de estudos. No plano mais específico, a perspectiva absolutamente relacional defendida pelo autor possibilitou que as investigações centradas na composição de segmentos de elites se afastassem da preocupação “realista” ou “substancialista” de “retratar” (teórica e/ou empiricamente) “quem são as elites”, “quem detém o poder”, etc. para apreender o funcionamento de distintos microcosmos (os *campos*) da vida social, suas relações (de concorrência, alianças, de homologias e interdependências) e as vinculações entre dominantes e dominados no espaço social⁷.

Não demorou muito para que estudiosos – mais ou menos ancorados no arsenal conceitual desenvolvido pelo sociólogo francês – alertassem às peculiaridades dos condicionantes que contribuíram à objetivação, institucionalização e codificação dos distintos *campos* da vida social, adequados à configuração histórica

6 Uma das melhores sínteses do protocolo encontra-se no livro “As regras da arte” (1996), notadamente no capítulo “O ponto de vista do autor”.

7 As rupturas propiciadas pelo esquema analítico de Pierre Bourdieu com as rotinas estabelecidas na “genealogia elitista” foram analisadas em Reis e Grill (2016) e Coradini (2008a), entre outros.

francesa (inclusive até para ela com ressalvas). Logo, chamaram a atenção para a não universalização no tempo e no espaço das propriedades que regem esses universos e que explicariam seus fatores de autonomização, sendo preciso considerar: os contextos de crises que promovem a desobjetivação das esferas; a existência de espaços “periféricos” (nas configurações nacionais e transnacionais) dependentes de critérios de excelência exógenos (tanto em termos espaciais como de universos sociais de referência); o esboço de situações de significativa indiferenciação de lógicas de atuação e princípios de hierarquização; a persistência de domínios cujas posições de poder são tributárias de recursos personificados, pessoalizados e acumulados em múltiplas dimensões da vida social (sem exigências de retraduições), que se complementam na afirmação de “notáveis”; entre outros. Toda essa variação de configurações de relações e de estruturação de formas de poder e dominação tornaram mais exigentes a ativação dos conceitos bourdieusiano, sem desacreditar um “modo de pensar” sociológico inspirado profundamente pelo esquema analítico lapidado por Pierre Bourdieu.

Atividades e funções, agrupamentos ou coletivos, que constituem ordens específicas da vida social, podem, evidentemente, assumir diferentes designações, conforme agendas de pesquisa que priorizam outras propriedades atinentes aos contextos de ação e aos atores, bem como ao peso dado a cada um destes níveis de apreensão da “realidade”. E cada enquadramento conceitual (considerado em seu conjunto) implica em enfatizar ou negligenciar certos determinantes das práticas que podem ser colocados em relação, como propriedades sociais, disposições, relações de poder, atribuições na divisão do trabalho, interações, representações, sentidos, justificações, reflexividades, cálculos, etc.

Na própria sociologia francesa de influência bourdieusiana noções alternativas têm sido propostas para seguir dando conta de dimensões relativas à estruturação do poder, lutas competitivas e recursos multidimensionais.

Discussão pioneira nessa seara foi produzida por Michel Dobry (2014). Ele propôs trabalhar com a ideia de *setor* para abarcar a complexidade estrutural das sociedades e a plasticidade dos seus arranjos, em decorrência, por um lado, da configuração de especializações, jurisdições internas e ritmos temporais específicos e, por outro lado, devido às *transações colusivas* entre atores inseridos em esferas variadas de atuação. Forma de conceber universos de ação plasmados por lógicas internas que são específicas (incutindo sua própria normatividade), os *setores* constituem *zonas limitadas de interdependência tática dos atores* (Idem, p. 38), quer dizer, circunscrevem espaços de referência ou de endodeterminação e os consensos sobre as manobras possíveis ou sistemas autorreferenciados, o que Dobry chama de *captação de cálculos setoriais*. Os setores seriam igualmente produtos da objetivação das relações setoriais, que se tornam coercitivas, externas, impessoais, consensuais, opacas, etc. O autor adverte que eles não são monofuncionais, ou seja, não se relacionam com a autonomização funcional (atividades e bens específicos). Por esse motivo, consideramos pouco profícuo sua utilização em estudos voltados à compreensão de segmentos de elites, que têm nos objetos de luta específicos, ao mesmo tempo, as fontes de hierarquização (definição dos critérios de excelência) e os meios de legitimação (justificação da existência) para os agentes.

Frédéric Sawicki (2013) preferiu o conceito de *rede* para abordar os meios partidários de ação, examinando, por este intermédio, o seu entorno e as fronteiras porosas com outros lugares de sociabilidade da vida social (religiosos, sindicais, cooperativistas, empresariais, etc.). Não ficando limitado a mapear o conjunto reticular de vínculos e elos interpessoais, ao contrário, o autor mobilizou a noção de *trajetória* para examinar as características dos dirigentes partidários. Por meio desse expediente identificou desde a superfície de relações (o *capital social* definido por Bourdieu) e vínculos duradouros (constituição de *cliques*, como foram conceituadas na antropologia política britânica) até elos

entre *setores* (as *transações colusivas* destacadas por Dobry). E também não descartou os sistemas estabilizados de interdependência, possíveis graças às *multiposicionalidades* de agentes que são próximos do ponto de vista pessoal e ideológico.

Desse modo, Sawicki contornou um dos problemas centrais relacionados ao uso da noção de *redes*, que reside na dificuldade de abarcar exatamente as *multiposicionalidades* dos agentes, isto é: “a pluralidade de pertencimentos e a multiplicidade de laços [que] fazem emergir entidades de um novo tipo [...] nos quais os contornos são fluídos e os objetivos são imprecisos, mas nos quais [...] concentram poder” (Boltanski, 2012, p. 348). Contudo, o passo seguinte reside em apreender como “[...] o poder que cada um pode tirar do seu pertencimento a uma entidade específica [...] é multiplicado, de um lado, pelo multipertencimento, e, de outro, das relações sociais que daí decorrem” (Boltanski, 2012, p. 348).

Para tanto, o foco deve ser direcionado aos critérios de hierarquização de determinado universo da vida social e ao peso das relações advindas da *multiposicionalidade* no conjunto de recursos manejados pelos agentes. Logo, as *redes de relações* e os trunfos decorrentes de vínculos estabelecidos na vida social seriam considerados como uma base de afirmação entre outras. O que parece mais compatível com a análise dos processos de seleção, reprodução e reconversão de elites, na forma aplicada por Bourdieu e equipe. A opção de Sawicki foi outra: identificar, em configurações regionais de um mesmo partido, as estruturas de relações estáveis historicamente constituídas.

Mais recentemente, importantes autores ligados à sociologia política francesa (de várias gerações), sobretudo aquela influenciada pela perspectiva de Pierre Bourdieu, buscou formular uma teoria intermediária em torno da noção de *instituição* (Lagroye e Offerlé, 2011; Dulong, 2012; Gaïti, 2006). Destoando explicita e deliberadamente das vertentes de neoinstitucionalismos em voga, espe-

cialmente na Ciência Política⁸, entra em pauta o encontro dinâmico entre regras, modalidades de organizações, saberes objetivados e os investimentos concorrenciais de invenção, reinvenção, estabilização, rotinização e reformulação que as fazem existir⁹.

Esses autores partem de alguns imperativos metodológicos que sustentam a necessidade de perceber o caráter coercitivo das instituições e no que elas devem ao trabalho de construção operado por meio dos usos (conscientes e inconscientes) que os agentes fazem daquilo que se constituiu como inelutável (uma versão adaptada da indicação de Pierre Bourdieu do “acordo sobre o terreno do desacordo”). Eles compartilham de um cabedal de influências teóricas que passam pela sociologia histórica dos processos de objetivação, pelo interacionismo e pelo construtivismo. Desta fusão de perspectivas buscadas em Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Peter Berger, Howard Becker, Erving Goffman, entre outros, extraem uma forma de conceber a ordenação do social, quer dizer, dos universos práticos, com justificações de existência cristalizadas e prescrições de práticas e papéis. A ênfase na construção histórica das *instituições* contrasta com a abordagem da sociologia das organizações, assim como a atenção dada às *disposições e propriedades* dos agentes, igualmente ao empreendimento de Sawicki, difere do olhar empregado nos estudos restritos de *redes*. E uma sutil mudança de ângulo (decorrente do interacionismo), que leva a privilegiar as dinâmicas das interações, os papéis exercidos em situações específicas e as regras impostas/manipuladas pelos atores, explica o abandono da noção de *campo*.

O problema, mais uma vez, reside na elasticidade da noção. Na forma como é empregada, a *instituição* ora assume uma con-

8 Para um apanhado das versões de neo-institucionalismos na Ciência Política, ver Hal e Taylor (2003), e para uma reconstituição do uso da noção de instituição na sociologia política francesa, ver Grill (2013).

9 Resenhas de dois livros ilustrativos desse enfoque (Lagroye e Offerlé, 2011; Dulong, 2012), que procuram situá-lo no âmbito das disputas sobre o uso do conceito de instituição na Ciência Política, foram publicadas em revistas brasileiras (Grill, 2014 e 2012).

dição de conceito maior da sociologia (como defendiam Émile Durkheim e Marcel Mauss), ora é como um caso excepcional de objetivação de um *campo* (um aparelho, no sentido dado por Bourdieu), com variações, oscilações e combinações possíveis. O que conta contra seu potencial heurístico.

Alternativa oposta a essa é aquela apresentada por Bernard Lahire (2013 e 2006) com o conceito de *jogo*, aplicado a um universo de escritores, porém, segundo ele, utilizável em outros universos como a política, a religião e o esporte, em condições periféricas e nas quais não há institucionalização das carreiras. Tal noção contemplaria universos lúdicos, nos quais os indivíduos competentes exercem funções específicas, que podem ser altamente especializadas e rigorosas, mas são atividades paralelas, intermitentes, não correspondem ao principal meio de remuneração dos agentes, etc. É tratado como *jogo*, portanto, aquilo que não é submetido às exigências de profissionalização e autonomia/independência que só existiriam nos polos mais dominantes dos *campos* centrais. Duas ressalvas podem ser feitas. A primeira é que seu conceito parece reservado às situações de diletantismo (não previstas na ideia de *campo*) ou em que existem obstáculos ao exercício de certa atividade como profissão (como a escrita), elidindo grande parte dos segmentos de elites (nacionais, regionais e municipais) altamente profissionalizados (além de especializados). A segunda é que, em decorrência da anterior, o conceito de *jogo* parece ser concebido somente para dar conta daquilo que escapa do/ao *campo*, do que é amador, periférico. Em vista disso, a alternativa conceitual não nos parece adequada aos estudos de elites ou grupos dominantes nas situações que enfrentamos, pois ela não abarca os jogos centrais que não se desdobram com os constrangimentos, garantias e retribuições do *campo*.

Alguns apontamentos sobre o uso do *jogo* em Bourdieu nos permitem grifar a pertinência das noções de *habitus* e *capitais*, o que não é novidade. Para a apreensão das leis próprias de fun-

cionamento e transformação do *campo* é preciso buscar a gênese dos *habitus* dos agentes, ou do “sistema de disposições socialmente constituídas que são o princípio gerador e unificador do conjunto de *práticas* e das *representações* características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 1996a, p. 243). As *representações* e *práticas* podem se atualizar em ocasiões mais ou menos favoráveis conforme as *posições* ocupadas. Estas posições são alocadas em função dos tipos e da distribuição desigual de *capitais* ou propriedades variadas (culturais, sociais, políticas, econômicas, etc.), cujos valores e rendimentos explicitam o poder de força em dado estágio daquela circunscrição.

As *disposições* podem ser herdadas, principalmente por meio da socialização familiar, e adquiridas por meio da participação em determinado *campo*. Ambas podem convergir, facilitando ou dificultando (até impedindo) os investimentos e desempenhos. Em alguns casos, haveria um “encontro milagroso entre o *habitus* e o *campo*”, que garante mais facilmente o funcionamento de um “sentido do jogo” e dos seus desdobramentos (Bourdieu, 2009, p. 108). Em geral, o que ocorre é a incorporação da estrutura objetiva do *campo* em forma de sentido subjetivo e *razão prática*, compondo o *espaço possível* de investimentos, apostas, encaminhamentos e rendimentos, assim como interferindo nas sensibilidades, gratificações, percepções que os agentes têm do que está acontecendo ou deve acontecer, o que devem fazer, de como o jogo deve ser jogado.

De qualquer modo, a legitimidade do *jogo* e dos *jogadores*, das suas qualidades, é garantida por mecanismos de transmissão e reprodução de crenças e valores, principalmente pela via familiar e escolar, produzindo “automatismos prático e lógico, que animam disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pelas vias da consciência e do cálculo” (Bourdieu, 2009, p. 108). Elas confluem com o exercício da dominação (mecanismos, lógicas, símbolos, coerências, práticas, internalizadas, reproduzidas, consagradas, etc.) ao produzir a convergência en-

tre as estruturas das percepções e as estruturas de dominação. A socialização familiar é o primeiro tipo de processo de aquisição de sensibilidades ao reconhecimento e à exaltação de qualidades, atributos socialmente construídos (Bourdieu, 1999). Ou seja, aquilo que é sentido como desejado, os atributos e as posturas valorizados na percepção de si e dos outros. É por meio desse *reconhecimento* e do *desconhecimento* das suas condições sociais de produção que é possível a manutenção e reprodução da ordem que as sustenta, cujo ápice é a certificação institucional, a atestação da posse “oficial” destas “qualidades”, “aptidões”, “dons”. Desta forma, os *ritos de instituição* (ato de certificação da divisão entre *profissionais* e *profanos*) são o outro tipo de processo que consagra e atesta predicados socialmente adquiridos, transformando relações arbitrárias em relações legítimas; separando os afetados dos não afetados por meio de passagens solenes que ocultam e naturalizam uma divisão arbitrária da ordem social e mental (Bourdieu, 1996b).

Essa “alquimia social” é possível em certos estágios de desenvolvimento das configurações históricas, nas quais, em diferentes graus, ocorrem os descolamentos de esferas e a objetivação de *capitais*. Particularmente se relacionam com processos de constituição do mercado econômico, do sistema escolar de ensino e do aparelho jurídico e de Estado (Bourdieu, 2002). Ou seja, capitais fundamentais, como o *econômico*, o *cultural*, o *político* e o *jurídico* (este último assume a forma específica de *capital simbólico*), são o resultado da objetivação de mecanismos que têm a opacidade das coisas e escapam à influência da consciência e do poder individuais, possibilitando a estabilidade àqueles que conseguem reuni-los e que contam com disposições necessárias para conceber estratégias e controles destes mecanismos de forma favorável. A racionalização do jogo – quando ele ganha uma “realidade” independente dos agentes que ajudaram na sua produção – é pensada por Bourdieu como resultante de processos de objetivação que não trazem somente a incerteza nas jogadas (incapacidade de um ou outro indivíduo controlar), mas garan-

te a permanência e a cumulatividade das aquisições materiais e simbólicas das partidas (com a possibilidade de acionar o *capital de investidura*). Portanto, esse tipo de dominação ocorre em formações sociais nas quais as relações são mediatizadas por mecanismos institucionais, que operam seleções, sancionam e santificam posições independentemente dos indivíduos, mas compatíveis com processos sociais mais amplos (e arbitrários) de valorização de determinados recursos raros, que contribuem com a reprodução das relações de dominação. Sendo este o oposto do tipo de dominação direta e pessoal, na qual as relações se fazem, se desfazem e se refazem na e pela interação entre pessoas. Por isso é exigente em investimentos pessoais e nos esforços constantes e renovados nas próprias relações.

Considerando as dificuldades de aplicação do sistema conceitual costurado a partir da concepção de *campo*, propomos que é possível trabalhar com o uso das *disposições duráveis* em detrimento do *habitus* (*secundário*); *desenrijecer as balizas do jogo*, com um retorno adaptado da variante de Elias, associado à *configuração*; e evitar a ideia de *capital*, tendo em vista as exigências do grau de objetivação histórica, mas seguir buscando as propriedades ou noções análogas, como a de *recursos, meios e trunfos*.

Contextos e flexibilizações

De um modo geral, há um descompasso entre as exigências contidas na formulação dos “modelos” e a massificação do uso dos conceitos. Como temos insistido, há contextos marcados por graus distintos de objetivação de instituições e *capitais*, ou seja, por níveis variados de autonomização (profissionalização e independência de poderes exógenos ou alógenos).

Sendo assim, com a pretensão de revigorar esse modelo relativamente a condições e cenários nos quais seus parâmetros não se harmonizam *ipsis litteris* ao modelo original, propomos três

flexibilizações. Para tanto, recorrer às interdependências entre posições centrais e periféricas parece útil para desnudar relações de poder persistentes em diversas dinâmicas de produção, imposição, adaptação, submissão, reinvenção ou até contestação de princípios e perfis legítimos de atuação. Com isso, apostamos na possibilidade de refletir sobre sistemas de hierarquizações e classificações vigentes em distintas configurações, o que não pode ser confundido ou confundir-se com atos de qualificação (do “centro”) e desqualificação (da “periferia”) – para os quais, é bem verdade, determinados modelos de explicação sociológica contribuíram decisivamente. Armadilha da qual devemos, certamente, nos precaver em não resvalar.

Contudo, não podemos, igualmente, descuidar-nos das artimanhas presentes nas estratégias de valorização do “local” e do “informal” em oposição ao “nacional” ou ao “institucional” – realçando que uns só existem, são construídos (classificados/qualificados) em referência aos outros –, que muitas vezes se expressa na recusa ao termo “periférico”, por ser espontaneamente considerado uma adjetivação pejorativa ao lado (dominado) que se quer estimar. Isso pode estar relacionado a lógicas de (de)negação fundadas tanto na busca de reconhecimento de um lugar objetivo e de uma autoimagem de uns, como na condescendência de outros, de qualquer forma, representando (em todos os sentidos da palavra) a própria situação de dominação (geográfica, política, cultural, científica, disciplinar, econômica, etc.), da qual é difícil escapar. Acontece é que, com isso, pode-se estar negando a reflexão (e a reflexividade) sobre a desigualdade da distribuição de posições no âmbito de distintas e infinitas cadeias de configurações de poder, que podem ser investigadas a partir de múltiplos níveis de oposição, correlacionados conforme os objetos de estudos privilegiados, independentemente do escopo de análise adotado.

Aplicando esse raciocínio, a primeira flexibilização que propomos diz respeito ao alargamento das análises dos *campos cen-*

trais à investigação dos *campos periféricos*. O cotejamento desses níveis de intervenção de determinados especialistas pode ser executado, como bem sublinha Bernard Lahire (2013, p. 165), a partir de distintas dimensões: política, religião, literatura, esporte, etc.

Focalizando o *campo político*, pesquisadores franceses assinalaram que a classificação presente nas lutas sociais do que é “a política”, no mesmo golpe, classifica o que não é¹⁰. O resultado do trabalho de legitimação realizado por agentes que constituem e definem concorrencialmente “o centro” é a imposição da problemática legítima, dos critérios de seleção e de excelência aos demais domínios de atuação política. Deste modo, os princípios que pesam na legitimação do que é “a política” são inseparáveis dos princípios de classificação dos lugares, das práticas e dos códigos legítimos, dos porta-vozes autorizados a se manifestarem; e daqueles menos legítimos e autorizados, hierarquicamente categorizados no plano “menor”, “local”, “paroquial”, “informal”, “pessoal”, “acessório”. Os princípios vigentes – tanto no espaço de relações e interações entre o *centro* e a *periferia* como no *centro* e na *periferia* – não são calcificados, antes disso, são princípios de disputa e em disputa.

Ponderações semelhantes podem ser destinadas ao *campo cultural*, nas suas versões central e periférica, pensadas em função do grau de autonomia, institucionalização/codificação, imposição/submissão/reinvenção da problemática legítima, dos princípios legítimos de classificação, divisão e hierarquização. A proposta de Bernard Lahire (2013), no que tange ao universo da cultura, é de levarmos em conta que, no que pese abarcarem *campos* secundários ou jogos menos institucionalizados, animados por ressonâncias, eles são constituídos por regras e objetos de disputa próprios. Com efeito, são dinâmicas periféricas, heterônomas,

10 Ver as coletâneas organizadas por Lagroye (2003), Arnaud e Guionnet (2005) e Le Gal, Offerlé e Ploux (2012).

dependentes de outros poderes, nas quais os agentes podem ser menos profissionalizados, porém seus componentes exercem atividades que requerem significativa especialização, posse de atributos distintivos, monopolização de *savoir faire* e algum grau de integração aos princípios e práticas centrais.

Observa-se que em nenhuma das perspectivas supracitadas está em questão a existência historicamente objetivada de campos, como padrão às demais posições e posicionamentos no seu interior ou na sua órbita. Essa formação histórica ocidental somente aparece abalada em circunstâncias de crise, cujo resultado é sempre a reconfiguração das esferas sociais de um modo geral. Esta é, portanto, a segunda flexibilização do modelo.

Vários autores formularam argumentos sobre a gênese, os cenários de luta e, sobretudo, os efeitos das conjunturas críticas na redefinição das bases das relações sociais e de dominação. Para o que está em discussão, vale considerar que se nas situações rotineiras “a ordem objetivada das instituições e das classificações, ainda que produzidas pelas atividades humanas, reveste-se de características análogas àquelas do mundo das coisas naturais” (Lagroye, 1997, p. 157); nos momentos de *crise política* a diferenciação entre *setores* autônomos e interconectados – com critérios de funcionamentos estabelecidos, conhecidos e conformadores dos cálculos dos agentes – é fortemente afetada pelo aprofundamento da plasticidade das estruturas sociais e pelo caráter *multi-setorial* dos confrontos entre os envolvidos (Dobry, 2014).

Há, pois, um processo de desobjetivação das fronteiras, das regras e das lógicas que orientam as inscrições e relações setoriais dos agentes, logo, do poder de retenção de bens raros por portavozes autorizados. Os fundamentos mesmo do espaço social encontram-se na ordem das batalhas entre “conservadores” e “subversivos”, *estabelecidos* e *outsiders* (Elias, 2000), oponentes que visam manter, realocar ou conquistar posições bem situadas. E, para isso, precisam legitimar seus recursos, as causas

que defendem, as fórmulas de intervenção e modalidades de atuação correspondentes, enfim, fazer erigir as “novas” bases da problemática legítima, conseqüentemente, da recomposição do “centro”. Nos termos de Elias (1999), são momentos de reconfiguração das *cadeias de interdependência* que ligam os indivíduos numa estrutura social, delimitam suas condições de felicidade e de constrangimento, bem como redefinem o equilíbrio da *balança de poder*.

No entanto, e essa é a terceira flexibilização, há realidades históricas nas quais não se verifica significativos índices de institucionalização (no sentido de impessoalização) das esferas sociais, estas que somente seriam afetáveis em determinadas conjunturas de recomposição. Bourdieu (2002; 1994) fez indicações nesse sentido quando comparou os dois *modos de dominação* e suas respectivas *estratégias de reprodução*: de um lado, as sociedades que contam com a maior centralidade dos mecanismos impessoais de hierarquização (estado, mercado econômico e sistema escolar); de outro, aquelas marcadas pelo caráter estruturante das relações pessoais, do *capital simbólico personificado* e do *capital de relações pessoais*. As primeiras exportando seus modelos de dominação social às demais que fazem parte da sua órbita de influência imperialista.

O que nos faz refletir sobre uma dimensão que ainda não foi mencionada: a relação desigual entre espaços nacionais que produzem, acumulam e exportam bens materiais e simbólicos variados, e as configurações históricas dependentes, substancialmente influenciadas pela importação destes produtos exógenos. As lutas políticas e culturais são atravessadas por lógicas que presidem a configuração internacional e as variadas dinâmicas nacionais. A interdependência entre os níveis de atuação e os graus de institucionalizações (no plural, pois são múltiplas, como vimos anteriormente) que apresentam, bem como os trânsitos de agentes, causas, discursos, repertórios, etc. entre eles parece uma pista fértil a ser explorada. A vulnerabilidade ou ri-

gidez das fronteiras que separam os Estados Nacionais é compatível com as suas oportunidades de retenção de poder (de imposição e de controle). De acordo com Elias (1999), o mecanismo geral de hegemonia (de elites, grupos, Estados, etc.) perpassa a história da humanidade e varia de acordo com o nível de integração, diversificação e diferenciação das configurações históricas. Sendo que os empreendimentos imperialistas de dominação contam, entre as suas estratégias de legitimação, com o trabalho de universalização dos seus interesses particulares, inclusive em termos de estilos de vida, gostos e empreendimentos culturais e políticos (Bourdieu e Wacquant, 2005)¹¹.

Uma série de pesquisas tem insistentemente citado as análises de Badie e Hermet (1993) para situar as relações entre as dinâmicas ocidentais e não-ocidentais (principalmente as chamadas dinâmicas órfãs), nomeadamente os agentes (políticos, intelectuais, experts, contestadores, eclesiásticos) e os produtos privilegiados dessas transações (modelos, instituições, paradigmas, tecnologias, conceitos, valores, símbolos) para, a partir disto, tentar compreender os condicionantes da baixa objetivação e alta maleabilidade da estrutura social no Brasil¹². Como anteriormente destacado, a relação entre *centro* e *periferia* não é simplesmente de imposição dos dominantes aos dominados. As dinâmicas de exportação e importação são bem mais sutis, implicam em interesses de todos os tipos e lados, e produzem redefinições nas duas pontas. Mas elas têm efeitos de criação (híbrida) do lado importador que, por este intermédio, pode acabar contribuindo para a violência material e simbólica da qual é vítima, tanto quanto para a reprodução da dominação exercida pelo centro, do qual é aliado (Bourdieu e Wacquant, 2005).

11 Temos retomado essa linha de argumento em Reis e Grill (2017a); Reis (2015; 2013); Coradini e Reis (2012), entre outros.

12 Pode-se consultar os textos presentes nas coletâneas organizadas por Seidl e Grill (2013) e Coradini (2008b).

Badie e Hermet (1993) e Badie e Birnbaum (1994) avaliaram as consequências da importação das categorias “Estado” e “nação”, e como os responsáveis pelos contrabandos de formas ocidentais – não apenas modelos institucionais, mas também princípios ideológicos e construções identitárias alienígenas –, depararam-se com a necessidade de adaptá-las às legendas locais. E, nesses ajustes internos, estes agentes se defrontam com disputas de diferentes tipos, entre domínios, forças, grupos ou “personalidades” (possivelmente resultantes ou impulsionadoras das próprias estratégias de importação). Assim, precisam (não necessariamente de forma planejada ou racionalizada) reinventar os códigos importados. E a consequência são os deslocamentos de sentidos, de formatos, de representações e de posições dos agentes que conformam esse amálgama de elementos endógenos e exógenos¹³.

Os fatores de indiferenciação ligados a determinados contextos nos fazem pensar sobre as condições comumente enfrentadas em nossas pesquisas que denotam configurações periféricas (no âmbito internacional e/ou nacional e/ou regional). Ademais, os elementos de plasticidade alargada (Dobry, 2014) identificados em situações de crise na dinâmica ocidental, nas chamadas *dinâmicas órfãs*, não são excepcionais, ao contrário, a maleabilidade das linhas e lógicas que separam domínios sociais é um fator preponderante, mesmo existindo modalidades diversificadas de especialização no exercício das atividades (políticas, profissionais, culturais...) e parâmetros de hierarquização do mundo social (Reis, 2015). Em decorrência disso, por fim, nos vemos diante de uma plêiade de *estratégias de reprodução* tanto compatíveis com modos de dominação dotados de microcosmos relativamente institucionalizados (investimentos em capitais escolares, econômicos, políticos, etc.) como profundamente dependentes dos investimentos pessoais e dos trunfos pessoaliza-

13 Nessa linha, Gisèle Sapiro (2013) publicou artigo em defesa da “transnacionalização dos campos”.

dos (estratégias matrimoniais e em capital de relações sociais)¹⁴. É bom lembrar que o peso dessas estratégias varia conforme os universos abordados que estão situados no espaço e no tempo (Bourdieu, 2002, 1994). Não há, no entanto, qualquer pressuposto essencialista que associe contextos a modalidades de estratégias de produção, somente posições em configurações de poder mais amplas e lógicas de afirmação/reprodução de agentes (Grill, 2013).

Logo, sem sucumbir em dualismos (do tipo formas “tradicionais” versus “modernas” de dominação), a agenda de pesquisa implica em enfrentar *configurações* de arranjos híbridos. Nessas condições, a tendência é a sobrevalorização dos recursos estatais, dos acessos formais e informais aos meios políticos e das adesões políticas como atributos mobilizáveis em múltiplas dimensões. Do mesmo modo, os jogos políticos (eleições, partidos, legislativos) podem ser controlados, de alguma forma, por elites locais ou dirigentes políticos, que se apoiam em pirâmides ou teias de *alianças diádicas* (pessoais) verticais, códigos como favores, cliques familiares, violência, etc. E estas seriam fontes da “hiperpolitização da ordem social” (Reis; Grill, 2017; Grill; Reis, 2017; Badie e Hermet, 1993).

Nesse programa de pesquisa é priorizada a observação das *redes de relações pessoais* e das *coalizões interpessoais*, seguindo achados de antropólogos, cientistas políticos e sociólogos que se debruçaram sobre configurações situadas na Europa Mediterrânea, Ásia, África e América Latina. Os autores alertaram para o fato de que os modelos de análise da hierarquização da vida social geralmente privilegiam trunfos originários do pertencimento categorial e da condição de membro de grupos (de classe,

14 A análise de Bourdieu (1979) sobre a Argélia – configuração marcada por desafios devido ao transplante de instituições importadas de centros ocidentais – entusiasmou pesquisadores preocupados com situações nas quais a distinção entre formas “tradicionais” e “modernas” de dominação não é tão visível quanto alguns apostam.

profissionais, corporativos, ideológicos, identitários, etc.); todavia, em certas condições históricas, atua decisivamente a mobilização de laços pessoais, diretos (face a face), efêmeros, regidos pela reciprocidade, pela troca de favores, pelo particularismo¹⁵.

De fato, a constituição histórica de uma dinâmica social como a brasileira confessa essa hiperpolitização, uma vez que há no mínimo três vias que são estruturalmente interseccionadas. A politização que diz respeito ao descolamento histórico de uma esfera especializada de exercício da atividade política (no sentido weberiano); outra relacionada aos discursos, às vezes estruturados em jargões de uma moral-cívica, que retomam a filosofia política para consagrar o aprendizado da “participação” e o “interesse dos cidadãos por política”; e a politização da vida social, que abrange a importação e a redefinição das duas anteriores, resultando em arranjos nos quais as disposições políticas e os posicionamentos sobre temáticas políticas ou politizáveis são gerados no amalgamento de registros e práticas aparentemente contraditórios (morais, culturais, burocráticas, sociais, éticas, estéticas, etc.) (Reis e Grill, 2016; Grill e Reis, 2016).

A esta altura, confiamos no embasamento de dois fatores precípuos do espaço do poder no Brasil. O primeiro é a relevância das relações pessoalizadas e seu caráter estruturante da dimensão mais vasta do ordenamento tanto social como político, tornando mais fluídos os limites entre o que é formal ou informalmente considerado como da ordem da “política”, da “intelectualidade”, da “religião”, e assim por diante, bem como são menos nítidas as distinções entre interações regidas por lógicas institucionais e pessoais. O segundo é que a monopolização personificada e a ativação de determinados recursos que efetivamente contam (principalmente de origens sociais, títulos escolares e redes de

15 Uma extensa bibliografia foi produzida nos anos 1960 e 1970. Os principais expoentes e suas pesquisas podem ser consultados igualmente em coletâneas, como Schmidt, Scott, Lande e Guasti (1977), Wolf e Benedict (1980); Gellner (1986); Feldman-Bianco (2010).

relações) colaboram para a ocupação das posições as mais bem alocadas na hierarquia social como um todo e naquelas posições equivalentes nos domínios específicos.

Não se deve perder de vista que esses aspectos são produto e produtores de limites à autonomia das esferas sociais, sempre pautados por registros variados e muitas vezes aparentemente ambíguos, mas particularmente e fortemente determinadas – como indicou Silvia Sigal (2012) para caracterizar o *campo cultural periférico* na Argentina – por lógicas políticas e certificações dos centros internacionais (ligações com instituições, rótulos e personalidades), consagradores de prestígio pessoal.

Nesse aspecto reside outro desafio em trabalhar com a noção de *campo* em condições periféricas (nas ordens internacional e nacionais). A concepção que os agentes têm da especificidade de cada um deles (político, literário, religioso, científico, etc.) e da atividade que o constitui (política, literatura, religião, ciência...) é tributária de práticas (como a escrita) e de saberes objetivados em instituições e livros que garantem a sua transmissão no tempo e no espaço (Lahire, 2013).

Ora, como são resultantes de um trabalho ativo de agentes (individuais e coletivos) situados em *centros* (da configuração internacional e das configurações nacionais), quando nos aproximamos de dinâmicas periféricas encontramos formas importadas, reinventadas, ressignificadas e adaptadas dos bens simbólicos produzidos em determinados domínios, bem como deslocamentos de sentidos (Badie e Hermet, 1993). Dito de outro modo, o processo de autonomização funcional teria ocorrido em contextos específicos, designando o que é a política, a literatura, a religião, a ciência, concepções estas compartilhadas e disputadas em dados *campos*. Depois, tais definições são exportadas e importadas, prescrevendo, em parte, o exercício de determinadas funções (cargos eletivos, papel intelectual, salvação de almas, produção de conhecimento, e assim por diante). Acontece que

as fronteiras entre esferas e objetos de lutas não permanecem inalteradas no transcurso dessas trocas, permitindo amálgamas e justaposições (quando tomados em relação aos modelos que serviram como parâmetros) em determinados domínios de atuação. O que nos serve como advertência para não incorrer no uso de analogias irrefletidas, como tomar “realidades” discrepantes como se fossem regidas pelos mesmos critérios de excelência profissional, princípios de legitimação e fatores de hierarquização.

Para evitar essas armadilhas, cabe investir em dois encaminhamentos analíticos: 1) operar com o esquema rigorosamente, fazendo perceber os sistemas de *estratégias reprodução* (complementares e interdependentes entre si) e as distintas formas de dominação subjacentes (sem pressupor a existência ou não de campos objetivados historicamente)¹⁶; 2) quando delimitados determinados domínios de atuação a serem estudados, perscrutar quais são concepções de “política”, de “cultura”, de “religião”, etc. que animam as lutas entre os agentes, bem como as lógicas de importação e (re)invenção em pauta.

16 Como afirmam Coradini e Reis (2012, p. 12-13): “Num polo, as discrepâncias entre as condições periféricas e os centros ocidentais podem ser assimiladas como fruto de distintas temporalidades ou estágios de institucionalização [...]. Num outro polo, essas diferenças podem ser tratadas como o resultado do próprio encadeamento das relações centro/periferia. Nessa perspectiva, elas não são associadas a alguma oposição entre fases da ‘tradicionalidade’ ou ‘modernidade’, nem dependem das maiores ou menores chances de apropriação [...] pelos dominados”. Além disso: “A discussão que se coloca não é restrita ao debate sobre o maior ou menor grau de adequação ou de ‘aplicabilidade’ de determinada definição ou conceito síntese. Até porque as discussões nessas bases, implícita ou explicitamente, comporta um fundamento objetivista – quando não substancialista – na medida em que fenômenos e processos socialmente objetivados e descritos em outras condições históricas são tomados como pressuposto intrinsecamente presentes nas condições (contrastantes) em estudo”.

Domínios de atuação de elites. (sobre)posições (multi) reputacionais no Brasil

Os contextos especializados de atuação de grupos dirigentes ou elites podem ser chamados de universos, espaços, esferas, meios, âmbitos, etc. Uma das alternativas é designá-los como *domínios*, o que já foi feito por autores associados a distintas tradições nacionais e teóricas, como o próprio Pierre Bourdieu, Victor Karady, Charles Whright Mills, Robert Dahl, entre muitos outros. Trata-se de um termo que existe em várias línguas com grafia e sentido semelhantes (e mesmo a pronúncia): domínio (português), dominio (espanhol e italiano), domaine (francês), domain (inglês) e domäne (alemão). E tem como vantagem – além de possibilitar uma fácil visualização de contextos de ação e suas propriedades – de etimologicamente (e suas variações em outras línguas) assumir vários significados, tais como: 1) território controlado por pessoas ou grupos; 2) esfera de ação; 3) influência, superioridade, poder; 4) conhecimento concentrado em uma arte ou ciência; 5) competência em realizar atividades; 6) posse de determinados bens, etc.

A polissemia da expressão (característica comumente apontada como negativa e significativa das frouxas apropriações nativas em oposição às rígidas delimitações científicas) auxilia a pensar justamente sobre situações de maior plasticidade, nas quais há variados fatores associados à especialização (arenas codificadas, princípios de hierarquização, saberes, habilidades, recursos de luta) e em contextos de maior ou menor objetivação de esferas (podendo ser tomada desde como sinônimo de *campo* até forma de designar dimensões especializadas da vida social, fracamente diferenciadas). Logo, cobre várias dimensões referentes à especialização de papéis, sem pressupor independência em relação a poderes, forças, lógicas e princípios exotéricos.

Por conta disso, propomos mobilizá-la para circunscrever empírica e analiticamente universos marcados por meios específicos

acionados, atribuições próprias monopolizadas e condicionantes que operam para a especialização de papéis (Lagroye, 1997), sem precisar pressupor elevados graus de diferenciação das “ordens sociais” (política, literatura, ciência, religião, etc.) tomadas como referências históricas (modelos importados) e conceituais (*campos, mundos, setores, esferas*, etc.). O que não significa dizer que não sejam circunscrições delimitadas por injunções legítimas, nas quais atuam agentes portadores de características e trunfos variados de autoridade, que os habilitam a circular entre elas e a produzir e impor representações sobre a vida social.

Um das justificativas de Christophe Charle (2009) para o uso da categoria “elite” para classificar seu universo de análise em detrimento de outras terminologias é o fato de que se trata de uma noção geral e plural – no que pese seus inconvenientes desde as definições das teorias elitistas até certas aplicações contemporâneas. Ela acolhe diversos tipos de grupos dirigentes ou dominantes, não imunes à contestação da sua legitimidade, atuantes em distintas configurações históricas e sociais de luta, e que são protagonistas de transformações dos princípios dominantes de hierarquização social, cultural e política.

Nisso que a ideia de “elite” expande, a noção de *campo* restringe. Enquanto a primeira pode se referir a notáveis, especialistas, amadores e profissionais, a última define-se pela presença de profissionais inscritos em condições solidamente institucionalizadas, diferenciadas, objetivadas. Assim, a ideia de *domínio* parece mais adequada à pretensão de postular re-enquadramentos nas estratégias de construção de objetos e de formulação de problemáticas acerca de múltiplos e versáteis segmentos de elites. E de investigar os perfis heterogêneos e a multiplicidade de recursos, lógicas, práticas, posições e posicionamentos que condicionam o trânsito, a decadência ou a ascensão dos seus “notáveis”.

A potencialidade dessa elasticidade reside, então, na oportunidade de contemplar cinco procedimentos de análise: 1) romper com pressupostos essencialistas presentes em definições de política, de cultura, de religião, de direito, de ciência, de militância, apropriadas como se fossem trans-históricas e transculturais (Coradini e Reis, 2012); 2) direcionar o olhar às múltiplas vias históricas de construção e legitimação de âmbitos de atuação de especialistas; 3) indicar a existência de domínios e lógicas inter cruzados da vida social (políticos, culturais, religiosos, científicos jurídicos, etc.), que condensam papéis, atividades e funções específicas; 4) observar os diferentes graus e combinações de processos de relativa autonomização, institucionalizações e especialização; 5) efetuar comparações sincrônicas entre domínios plasmados em determinadas sociedades, e diacrônicas, de um mesmo domínio em constantes mudanças, adaptação, subversões (Grill e Reis, 2017).

Em vista disso, a abordagem na perspectiva de *domínios de atuação de elites* é heurísticamente relevante por duas estratégias metodológicas, que podem ser viabilizadas mediante a sua utilização. A primeira diz respeito à possibilidade de circunscrever dimensões da vida social (como a da política, da religião, do direito, da ciência, etc.) erguidas, conforme caracterizou Coradini (2012, p. 69), na “superposição integrada” de lógicas e práticas, isto é, que não estão encerradas em esferas autônomas, mesmo em situações de relativa especialização de papéis. A segunda é a de permitir delimitar âmbitos de atuação e/ou causas disputadas a partir dos seus protagonistas, credenciados justamente pelo pertencimento/vínculo multidimensional e pelos papéis que conseguem assumir junto com a *multiposicionalidade* em distintos meios (Reis e Grill, 2015). Adota-se, assim, recortes de pesquisa que englobam universos que em outras condições seriam considerados de “ordens sociais” diversas.

Essa reflexão se apoia na verificação de dinâmicas estruturalmente heterônomas (quando comparadas ao modelo que serve duplamente de referência: histórica e conceitual), nas quais relações e

reconhecimentos são pautados em lógicas variadas (aparentemente ambivalentes) acionadas por especialistas, que exercem papéis polivalentes e desfrutam de multiposicionalidades, mesmo que situados em domínios específicos. Por esse motivo, a caracterização morfológica e/ ou institucional não deve prescindir das próprias representações nativas. Neste caso, é preciso atentar tanto aos múltiplos domínios de inscrição dos agentes – que são fontes de reputação/notoriedade – como às definições (mais ou menos consensuais ou disputadas) de categorias que fundam as localizações/identificações políticas e culturais. É preciso apreender como são formuladas e recortadas em condições específicas¹⁷. Disto emergem multifacetadas batalhas simbólicas que fundamentam posições de poder e permitem a imposição de critérios “políticos” nos demais domínios (tendo em vista a hiperpolitização da vida social), incluindo os culturais (literário, religioso, jurídico, científico, etc.), interferindo na definição dos seus princípios de hierarquização e nas autoimagens dos protagonistas, bem como na posição social, no papel e nas missões atribuídas/reivindicadas¹⁸.

Nossa proposta é, pois, no sentido de ajustar três níveis de análise: 1) o da *multidimensionalidade* das lógicas de ação e das práticas sociais, que são acionadas não a partir de um universo específico de referência, mas da pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexível (Coradini e Reis, 2012; Reis e Grill, 2014); 2) o da *multiposicionalidade* passível de ser acumulada em instâncias, lugares, enfim, nos *domínios de atuação das elites*, verificando a vinculação das posições sucessiva e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social que eles dispõem (Bourdieu, 1989; Boltanski, 1973); 3) e

17 A inspiração aqui são os trabalhos sobre as representações nativas acerca da “política”, realizados no Núcleo de Antropologia da Política, coordenado por Moacir Palmeira.

18 Os trabalhos sobre intelectuais e elites culturais de Pécaut (1990), Coradini (2014, 2012 e 1998) e Silvia Sigal (2012) são basilares para esse enquadramento.

o da *multinotabilidade*, que os agentes podem nutrir mediante a condensação de reconhecimentos sociais, políticos, culturais, etc. (Grill e Reis, 2016; Reis e Grill, 2015), germinados em processos ininterruptos de *interpenetrações* e *osmose*s (Elias, 2006; Phelippeau, 2002; Grill, 2008), cujo desfecho é a composição de suportes de reputação pessoal em múltiplos domínios e redes sociais (Politix, 2004) – ainda que não sejam imunes a desvalorizações.

Como corolário desse triplo enquadramento, propomos recortes e tratamentos que contemplem as interconexões estruturais e estruturantes das propriedades, inserções, interações, afirmações e representações, que estão na base da *multinotabilidade* desfrutada por determinados agentes e da sua capacidade de impor princípios de visão e divisão do mundo social. Nesse caso, podemos situar os distintos domínios, amarrados por interdependências múltiplas, e a atuação das “elites” em dinâmicas de *jogos* com características apontadas por Elias e Bourdieu. Quer dizer, num plano mais geral, para considerar o fator de competitividade existente entre agentes que ajustam *pulsões*, *recursos*, *ações* e planejamentos (incluindo o uso da força e da violência) a determinadas condições e regramentos, assim como aos recursos e comportamentos empreendidos por seus oponentes e aliados (Elias, 1999; 1995). Esses jogos podem ser mais ou menos controlados por determinadas elites, dependendo do grau de vulnerabilidade ou robustez de regras formalizadas e dos princípios institucionais vigentes. Num plano mais específico, seguindo Bourdieu (2009, entre outros)¹⁹, é importante apreender o peso das disposições duráveis, herdadas em distintos meios de socialização inicial (família, escola, igreja, etc.) e adquiridas ao longo das trajetórias dos agentes, traduzindo-se em “facilitadores” ou funcionando como “limitadores” (ou difi-

19 Cabe fazer referência aqui às extrapolações feitas a partir da noção de *habitus* por Lahire (2005) e Dobry (2014), notadamente sobre a centralidade de disposições (plurais incorporadas) em situações não compatíveis com a noção de *campo*.

cultadores) destas possibilidades de trânsitos e de conquista de reconhecimentos nos domínios de inserção dos agentes (detecção de linguagens, saberes, habilidades, gostos, aparência, etc.). De qualquer modo, persistem os mecanismos de transmissão, imposição, aquisição e reprodução de certos atributos, práticas e representações como dominantes, que são os recursos dos dominantes, efetivamente valorizados, almejados, inquestionados pelos dominados que contribuem, então, com o *poder simbólico* de determinados grupos de elites. Os dominados (definidos em relação aos dominantes e vice-versa, ou seja, não se trata de posições naturalizadas e frigorificadas no tempo e no espaço) não podem lutar contra a adesão que ele próprio oferece ao dominante. Não se trata de uma escolha, de uma “servidão voluntária” ou uma cumplicidade calculada:

o efeito da dominação simbólica (de sexo, etnia, cultura, etc.) se exerce na obscuridade das disposições do *habitus*, em que estão inscritos os esquemas de percepção, de apreciação e de ação que fundam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento e de reconhecimento, ambos práticos, mas profundamente obscura para si mesma (Bourdieu, 2009, p. 207).

Como referimos anteriormente, os *capitais* são indexados por Bourdieu aos contextos dos *campos* objetivados, mas podemos utilizar ideias mais moldáveis, como as de *propriedades* ou *recursos* ou *meios* – passíveis de serem depreciados, redefinidos ou revalorizados ao longo do tempo e nos distintos domínios sociais – cujos usos (sem grandes necessidades de transmutação ou eufemização) traduzem seus potenciais de trunfos nas disputas por posições de poder. Como são os casos das *coalizões interindividuais* de laços pessoais, diretos, informais, que podem ser apreendidas mediante a operacionalização da noção de *rede* e derivações, como *facções*, *quase-grupos*, *grupos diádicos não-corporados*, *cliques*, *conjunto de ação* (Boissevain, 2003; Bailey, 2001; Landé,

1977a e b; Mayer, 2010)²⁰. Esses trunfos até se combinam com dispositivos institucionais e exigências de especialização, mas não estão presos aos mecanismos de mediatização e objetivação, cuja opacidade transcende e se impõe aos jogadores.

A opção por tratar domínios e lógicas justapostos pode ser um modo eficaz de entender modalidades de (re)definição da política, da cultura, da religião, da ciência, etc. que decorrem simultaneamente da importação e da (re)invenção dos seus referentes ocidentais. Inseparavelmente da tarefa de objetivar hierarquias e concorrências entre agentes que desfrutam de *multiposicionalidades* e *multinotabilidades*, destoantes daquelas possíveis e prováveis em configurações de autonomização de *campos*, dinâmicas de diferenciação recortadas como *mundos*, situações de objetivação de *setores* e relações predominantemente mediadas por *instituições* “fortes”.

Como fecho: algumas aplicações

Para finalizar, apresentamos algumas pesquisas que realizamos cujos desenvolvimentos nos permitiram delinear e operar as diretrizes de pesquisa elencadas até aqui. Todas elas exploraram domínios justapostos de lógicas e princípios de atuação.

Um primeiro exercício tratou das interdependências entre os domínios da “família” e da “política”. Considerando as especificidades de uma configuração regional, o Rio Grande do Sul, o estudo abordou uma série de lógicas mediante as quais são edi-

20 Para uma discussão sobre o alcance e os limites do uso dessas noções, ver Goldman e Palmeira (1996) e Grill (2013). Obviamente, essa opção analítica exige a transposição de barreiras disciplinares entre Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Um esboço de síntese e aproximação em uma mesma agenda de estudos sobre especialização política das dimensões, variáveis e indicadores privilegiados pela Ciência Política, pela Sociologia Política e pela Antropologia (da) Política pode ser encontrado em Grill (2013).

ficadas as chamadas “heranças políticas”. Para tanto, foram examinadas as estratégias de reprodução de 33 grupos familiares que se notabilizaram pela ocupação de cargos eletivos nas últimas décadas, bem como a edificação de uma “linhagem simbólica” disputada entre agentes identificados com a “tradição trabalhista”. Deste modo, inscrições familiares, partidárias e políticas foram consideradas como complementares e interdependentes. O universo de relações em pauta mostrou como as “sucessões familiares” ocorrem sob alinhamentos políticos e partidários que vão possibilitando rearranjos nas clivagens e nas redes de fidelidades entretecidas em domínios políticos. Ao passo que a “genealogia trabalhista” foi delineada por processos de transmissão familiar e de articulação entre “grupos familiares” e cadeias de líderes-seguidores, que perpassam diferentes siglas e momentos históricos (Grill, 2008; Reis e Grill, 2017a).

No mesmo contexto regional, foram estudados militantes que atuaram em movimentos de resistência ao regime militar entre 1960 e 1970, a partir de um banco de dados de 429 casos e de 62 entrevistas em profundidade com personagens deste universo mais amplo, que se destacaram nos domínios políticos e culturais do estado. A investigação abordou agentes que conquistaram um duplo e indissociável reconhecimento, por um lado, pela certificação de uma biografia militante que os autoriza a intervir como intérpretes de problemas diversos e, por outro lado, pela capacidade de produzir bens simbólicos (principalmente via inscrições culturais e produção escrita) que fornecem signos de distinção, como intelectuais, entre os militantes. As confluências entre disposições e recursos (herdados e adquiridos), teias de relações/identificações manejadas ao longo do tempo e trunfos que legitimam determinados protagonistas ao trabalho de representação (nos dois sentidos), configuram um cenário de *multinotabilidades* (Reis, 2015; Reis e Grill, 2017a).

A aquisição de uma condição de intelectual – esteada na biografia política e de porta-voz político diferenciado –, justamente

pela habilidade de interpretar, formular, elaborar explicações sobre o social, também foi uma “entrada” significativamente original para pensar o trabalho de representação de parlamentares brasileiros e as interferências mútuas entre domínios políticos e culturais no país. Com esse intuito, realizamos uma série de estudos tomando como critério inicial de delimitação do universo de análise um conjunto de 299 parlamentares brasileiros (deputados federais e/ou senadores) eleitos entre 1945 e 2010, que além de carreiras políticas longevas, também tiveram significativa publicação de livros (Grill e Reis, 2016; Reis e Grill, 2017a). Apostando na plasticidade desses domínios (políticos e culturais) e no caráter composto das notabilidades alcançadas pelos agentes, examinamos em detalhe dezenas de casos que personificam e até incorporam reputações, notoriedades e estimas ligadas a “nomes de família”, “títulos” (escolares e profissionais), protagonismos em múltiplas inserções culturais (universidades, meios jornalísticos, academias de letras, instâncias de consagração culturais, etc.), principalmente autorias de publicações, eventos históricos, etc. Mormente, assume relevo nesse universo de agentes as demonstrações pessoais e pessoalizadas, que atestam honorabilidades e que revelam a habilidade de mediação entre gerações, entre períodos históricos, entre domínios (políticos, culturais, econômicos, religiosos, étnicos, etc.), entre instâncias, enfim, múltiplos e complementares pertencimentos que autorizam determinados agentes que os acumulam a produzirem formulações e se apresentarem como porta-vozes de variadas “causas” consideradas legítimas (Grill e Reis, 2016; Reis e Grill, 2017a; Reis, 2015).

Tendo em vista o peso que a capacidade de manipulação de bens simbólicos tem para o êxito político, assim como a contundência dos trunfos políticos os mais variados à conquista de uma condição de “intelectual” ou de reconhecimento profissional, mais recentemente investimos em três direções, que possibilitam compreender imbricações entre domínios políticos e culturais.

No plano nacional, realizamos um trabalho sobre o espaço das fundações partidárias (32 instâncias de diversos partidos). Essas entidades são geralmente definidas como lugares de formação política e doutrinária, de formulação e transmissão ideológicas, de debate intelectual no âmbito dos partidos políticos, de expressão democrática, e assim por diante. Por meio delas percebemos associações entre tais atribuições e as características dos seus componentes e dirigentes (Reis e Grill, 2017b). Procuramos demonstrar como as fundações são lugares de importação, afirmação e transmissão de gramáticas, linguagens e papéis que abarcam desde modelos de organização dos partidos até modalidades de intervenção política dos intelectuais, sem deixar de mencionar as formas de “militâncias” que se sucederam no tempo. A análise desses domínios de atuação no âmbito dos partidos possibilitou observar a consonância entre os processos de complexificação/diversificação das organizações partidárias com o trabalho intelectual de politização de questões e de domínios. Por um lado, trazendo à tona as disputas entre porta-vozes em torno de jurisdições, que resultam em “requalificações da política” (Lagroye, 2003) e são, ao mesmo tempo, derivadas e promotoras da própria delimitação das fronteiras precárias do domínio político e da (aparentemente paradoxal) garantia da difusão de suas lógicas. E, por outro lado, revelando mecanismos mais amplos de imposição de linguagens e critérios de excelência social, profissional e cultural (Reis e Grill, 2017b).

Num plano intermediário, abrangendo quatro estados da federação (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco), iniciamos uma pesquisa sobre a produção e usos de identidades regionais por parlamentares atuantes nessas configurações. Considerando as características dos estados, das conjunturas de atuação política e dos perfis (sociais políticos e culturais), focalizamos como, por meio da escrita e das carreiras políticas, os agentes compõem, redefinem, exercem e legitimam seus papéis políticos e intelectuais, no mesmo golpe que disputam e impõem sentidos e classificações sobre o mundo social (Reis e Grill, 2017c).

E, numa configuração regional específica (Maranhão) e a partir de domínios culturais (publicações sobre a Academia de Letras do Maranhão e sobre Perfis de Cultura Popular), refletimos sobre o trabalho de construção de “panteões” e as práticas de eternização de “vultos”, ponderando sobre: i) a posição social e política dos agentes (biógrafos e biografados), definida em função dos recursos sobre as quais assentam sua “reputação” e de inscrições nas lutas culturais e políticas no estado; ii) as estratégias de estruturação das “obras”, observando a seleção e hierarquização dos casos, espaços disponibilizados, classificações atribuídas, entre outras; iii) e os conteúdos, adjetivações, definições, enfim, as representações explicitadas nos pré-textos e textos laudatórios. Com isso, foi possível apreender os condicionantes de afirmação, as lógicas de atuação e os mecanismos de consagração mobilizados por agentes que se constituem como porta-vozes autorizados, bem como as múltiplas tramas de notabilização de “intérpretes” da cultura e da memória regional (Grill e Reis, 2017).

Com essas investigações procuramos verificar as bases da afirmação de agentes híbridos, vinculados a atividades indissociavelmente políticas e culturais. E, do mesmo modo, pontuar aspectos da multiplicidade de dimensões e registros de atuação que traduzem lógicas sociais e repertórios de mobilização política legítimos.

Essas breves notícias de pesquisas realizadas visam demonstrar a relevância de circunscrever universos empíricos cuja delimitação está orientada no sentido de perceber a indissociação das lógicas e princípios que, em outros contextos, seriam relacionadas a esferas diferenciadas da vida social (a exemplo da “família”, da “cultura” e da “política”). Como escrevemos no início do texto, acreditamos que as formas de construção dos contextos de ação de determinados segmentos de elites devem corresponder aos condicionantes sociais, políticos e culturais historicamente plasmados e às dimensões privilegiadas no esquema analítico mobilizado.

Em síntese, sustentamos que os procedimentos elencados podem constituir um viés original e capaz de incorporar a diversidade de expressões de fenômenos políticos e culturais em sociedades delineadas por padrões de institucionalizações variados, que, em sintonia com um ponto de vista reflexivo, evita embarcar em resultados e explicações, bem como professar concepções de política, cultura, ciência, direito, religião, etc. pautados em processos históricos e condições disciplinares alógenos e discrepantes.

Referências

- Arnaud, L.; Guionnet, C. **Les frontières du politique**. Paris: PUF, 2005.
- Badie, B.; Hermet, G. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- Badie, B.; Birnbaum, P. Sociología del Estado: nuevas interpretaciones. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, Paris, n. 140, pp.187-201, 1994.
- Bailey, F. G. **Stratagem and spoils: a social anthropology of politics**. Oxford: Westview, 2001.
- Becker, H. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.º 2, pp. 177-188, 1996.
- Becker, H. Arte como ação coletiva. In: BECKER, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, pp. 203-222.
- Becker, H. **Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.
- Boissevain, J. Coaliciones. In: FÉLIX SANTOS, R. (Org.). **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Ciclo Veituinno, 2003, pp.147-183.
- Boltanski, L. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 14, n.º 14-1, pp. 3-26, 1973.
- Boltanski, L. **Énigmes et complots: une enquête à propôs d'enquêtes**. Paris: Gallimard, 2012.
- Bourdieu, P. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- Bourdieu, P. Modos de dominação. In: BOURDIEU, P. **A produção da crença**. São Paulo: Zouk, 2002, pp. 191-219.

- Bourdieu, P. Violência simbólica e lutas políticas. In: Bourdieu, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp.199-251.
- Bourdieu, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Bourdieu, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.
- Bourdieu, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996b.
- Bourdieu, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 105, n.º 1, pp.3-12, 1994.
- Bourdieu, P. Espaço social e gênese de classe. In: Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 133-162.
- Bourdieu, P. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1988.
- Bourdieu, P. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- Bourdieu, P.; Wacquant, L. As astúcias da razão imperialista. In: Wacquant, L. **O mistério do ministério**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 209-230.
- Charle, C. Concurrences entre elites et champ du pouvoir. In: Cohen, A.; La-Croix, B.; Riutort, P. (Orgs.). **Nouveau manuel de science politique**. Paris: La Découverte, 2009, pp. 137-151.
- Coradini, O. L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul. In: Reis, E. T. dos; Grill, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014, pp. 71-100.
- Coradini, O. L. Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. **Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS**, São Luís, v. 9, n.º 17, pp. 67-100, 2012.
- Coradini, O. L. As elites como objeto de estudo. In: Coradini, O. L. (Org.) **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas retribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008a, p. 18.
- Coradini, O. L. (Org.) **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas retribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008b.
- Coradini, O. L. Panteões, iconoclastas e as ciências sociais. In: Felix, L. O. et al. (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, pp. 219-240.
- Coradini, O. L. e Reis, E. T. dos. Transações culturais, intelectuais e as ciências sociais. **Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS**, São Luís, v. 9, n.º 12; pp. 9-18, 2012.
- Davis, J. **Antropología de las sociedades mediterráneas**. Barcelona: Anagrama, 1977.

- Dobry, M. **Sociologia das crises políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- Dulong, D. **Sociologie des institutions politiques**. Paris: La Découverte, 2012.
- Elias, N. **Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: Éditions La Découverte, 2010.
- Elias, N. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: Neiburg, F.; Waizbord, L. (Orgs.). **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, pp. 69-112.
- Elias, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.
- Elias, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- Elias, N. Uma digressão sobre o nacionalismo. In: **Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- Elias, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- Elias, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- Elias, N. **O Processo Civilizador**. Volume 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993a.
- Elias, N. **O Processo Civilizador**. Volume 2: A formação do Estado e Civilização. "Introdução" e Sinopse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993b.
- Elias, N.; Dunning, E. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México: Fondo de cultura econômica, 1995.
- Elias, N.; Scotson, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- Feldman-Bianco, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporânea**. São Paulo: Global, 2010.
- Gaïti, B. Entre les faits et les choses: la double face de la sociologie politique des institutions. In: Cohen, A.; Lacroix, B.; Riutort, P. **Les formes de l'activité politique: elements d'analyse sociologique XVIII-XX siècle**. Paris: PUF, 2006, pp. 39-64.
- Gellner E. (Org.). **Patrones y clientes en las sociedades mediterráneas**. Barcelona: Jucar Universidad, 1986.
- Grill, I. G. Efeitos da 'redescobertas das instituições' na sociologia política francesa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, pp. 237-242, 2014.
- Grill, I. G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Orgs.). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, pp. 227-276.

Grill, I. G. Por uma sociologia da institucionalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v.14, n.º 31, pp. 300-308, 2012.

Grill, I. G. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

Grill, I. G.; Reis, E. T. Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 53, pp. 363-377, 2017.

Grill, I. G.; Reis, E. T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre política e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

Hall, P. A; Taylor, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.º 58, pp. 193-224, 2003.

Hughes, E. C. Institutional office and the person. **American Journal of Sociology**, 43(3), pp. 404-413, 1937.

Lagroye, J. (Org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003.

Lagroye, J. **Sociologie politique**. Paris: Presse de Sciences Po Dalloz, 1997.

Lagroye, J.; Offerlé, M. (Org.). **Sociologia de l’institution**. Paris: Belin, 2011.

Lahire, B. **Monde pluriel**. Paris: Seuil, 2013.

Lahire, B. **La condition littéraire: la double vie des écrivains**. Paris: La découverte, 2006.

Lahire, B. **L’homme pluriel: les ressorts de l’action**. Paris: Armand Colin, 2005.

Landé, C. H. Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. In: Schmidt, S.W. et alli. (Orgs.). **Friends, followers and factions. A reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977a, pp. 506-510.

Landé, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. Schmidt, S.W. et alli. (Orgs.). **Friends, followers and factions. A Reader in political clientelism**. Berkeley, University of California Press, 1977b, pp. xiii-xxxvii.

Le Gall, L.; Offerlé, M.; Ploux, F. (Orgs.). **La politique sans en avoir l’air**. Rennes: PUR, 2012.

Mayer, A. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: Feldman-Bianco, B. (Org.) **Antropologia das sociedades contemporânea**. São Paulo: Global, 2010, pp. 139-170.

PALMEIRA, M. e Goldman, M. (Orgs.). Apresentação. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-capla Livraria, 1996, pp. 1-12.

Pécaut, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

- Phelippeau, E. **L'invention de l'homme politique**. Paris: Bélin, 2002.
- Politix. Dossier: Trajectoires de la notabilité. **Politix: Revue des sciences sociales du politique**, Paris, v. 17, n.º 67, 2004.
- Reis, E. T. dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política**. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015.
- Reis, E. T. dos. Saberes em movimento: transações entre 'intelectuais', definições de ciências sociais e a 'política'. In: Seidl, E.; Grill, I. G. (Orgs.) **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, pp. 21-74.
- Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades dos profissionais da representação no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n.º 2, pp. 137-159, 2017a.
- Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n.º 37, 2017b (a sair).
- Reis, E. T. dos; Grill, I. G. O que escrever sobre a “região” quer dizer na política? Produção e uso de identidades regionais por parlamentares. In: **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**, Brasília, 2017c.
- Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Trajetórias de multinotabilidades. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n.º 2, pp. 331-370, 2015.
- Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Para um estudo de imbricações entre domínios políticos e intelectuais. In: Reis, e. t. dos; Grill, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: EDUFMA, 2014, pp. 9-28.
- Sapiro, G. Le champ est-il national? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, v. 200, n.º 5, p. 70-85, 2013.
- Sawicki, F. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: Santos, A. M. dos. (Org.) **Os eleitos: representação e carreiras em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, pp. 11-30.
- Sigal, S. Intelectuais, política e cultura na Argentina. **Revista Pós Ciências Sociais - REPOCS**. V.9, nº 17, pp. 51-66, 2012.
- Wolf, E. R.; Benedict, B. **Antropología Social de las sociedades complejas**. Alianza Editorial, 1980.

Recebido em 31/01/2018

Aprovado em 07/02/2018